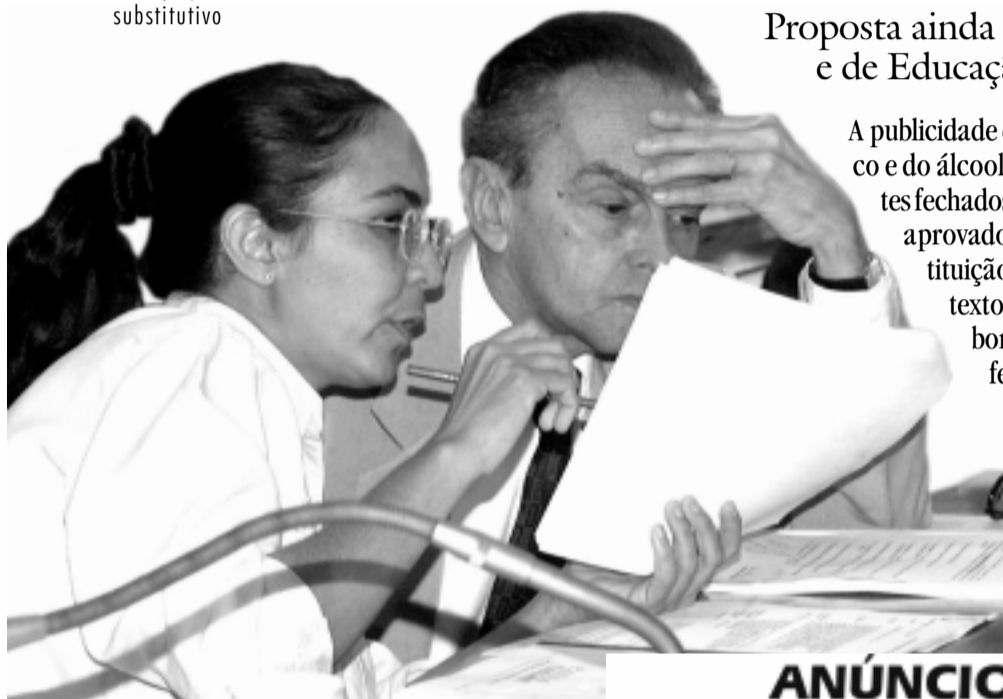


CCJ aprova projeto que restringe a publicidade de fumo e álcool

Jefferson Péres (ao lado de Heloísa Helena) é autor do projeto substitutivo



Proposta ainda será apreciada pelas comissões de Assuntos Econômicos e de Educação antes da votação terminativa na de Assuntos Sociais

A publicidade de produtos derivados do tabaco e do álcool deverá ficar restrita a ambientes fechados, conforme projeto substitutivo aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto acolhido pela comissão foi elaborado pelo relator, senador Jefferson Péres, e substituiu cinco propostas que tramitam conjuntamente. A idéia de restringir a publicidade, ao invés de proibi-la, foi do senador Roberto Requião.

PÁGINA 6

COMISSÃO ACOLHE POSSIBILIDADE DE PISOS DIFERENCIADOS

A Comissão de Justiça do Senado também aprovou ontem projeto de lei que permite aos estados e ao Distrito Federal a definição de pisos salariais diferentes do mínimo nacional.

PÁGINA 6

Três comissões aceitam criação da agência de águas

Osmar, Requião e Souto na CAS, uma das comissões que aprovaram a ANA

PÁGINA 7



ANÚNCIOS PROIBIDOS

Pelo texto aprovado, será proibida a publicidade (*) de fumo e bebidas alcoólicas em:



Rádio
Televisão
Cinema
Jornais
Revistas
Impressos
Outdoors
Cartazes
Displays



Equipamentos de camping
Brindes promocionais

(*) exceto em ambientes fechados

APROVADAS REGRAS QUE REDEFINEM NACIONALIDADE

O Senado aprovou, em primeiro turno, PEC que permite registrar como cidadão nacional o filho de brasileiro que nasce no exterior.

PÁGINA 3

CONGRESSO APRECIA PLANO PLURIANUAL

O Congresso Nacional se reúne às 10h de hoje para votar o projeto do Plano Plurianual para o período 2000/2003.

PÁGINA 3

CACÁ DIEGUES É OUVIDO POR SUBCOMISSÃO

A Subcomissão do Cinema Brasileiro ouviu hoje o cineasta Cacá Diegues e representantes de empresas distribuidoras.

PÁGINA 4

CAS vai discutir meios de financiar moradia popular

O financiamento da habitação popular é o tema de audiência pública que será realizada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na próxima terça-feira. O debate contará com a participação de autoridades federais; do presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva; e do ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes.

PÁGINA 5

Sarney relembra trajetória de Tancredo Neves

PÁGINA 9

Sarney definiu Tancredo como um estadista, capaz de tecer alianças, articular, ceder e demonstrar espírito público



ACM isenta governo por atraso na reforma tributária

Para senador, a responsabilidade pela demora na aprovação é do Congresso. Ele acha improvável a votação, num ano eleitoral como o de 2000, de uma matéria sobre a qual União, estados e municípios têm interesses divergentes

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, isentou o governo de qualquer responsabilidade pelo atraso na votação do projeto de reforma tributária, que está na Câmara dos Deputados. "O Congresso é que vota ou não vota, o governo nesse caso não tem qualquer responsabilidade", afirmou durante entrevista concedida ontem.

Na avaliação de Antonio Carlos, a reforma tributária "é uma reforma difícil num ano eleitoral, porque colidem interesses de municípios, estados e da União", o que complica o processo de harmonização das propostas em questão.

Disse, no entanto, esperar que a votação da matéria seja feita pelo Legislativo "o mais rápido possível, talvez em outubro, após as eleições municipais".

O senador garantiu que não vai "atacar o governo" nessa questão, "porque o problema está no Congresso". Em relação às declarações do líder do PFL na Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira (PE), de que, entre outras razões, a reforma não anda porque o governo federal nunca arrecadou tanto, o presidente do Senado limitou-se a observar: "O líder, quando fala, tem alguma base".



Antonio Carlos acredita que o tema seja retomado após as eleições municipais

Emenda que aumenta recursos para saúde deve ser votada neste mês

Deve ser colocada em votação em Plenário, até o fim deste mês, a proposta de emenda constitucional (PEC) que estabelece a aplicação de percentuais mínimos das receitas da União, dos estados e dos municípios nos serviços de saúde prestados pelo SUS.

A informação foi dada por Zilda Arns Neumann, representante da CNBB no Conselho Nacional de

Saúde (CNS).

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que recebeu ontem representantes do conselho, disse, segundo Zilda Neumann, que é contra a proposta, mas decidiu colocar a matéria em votação. Ele acrescentou que o seu partido, o PFL, deverá liberar seus senadores para votarem como quiser.



CARTAS

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica cartas, faxes e e-mails enviados pelos leitores.

Endereço:
Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, Sala 2006
Brasília - DF - 70165-920

E-mail: jornal@senado.gov.br

Fax: (61) 311-3137 ou (61) 311-3333

0800 612211 - A Voz do Cidadão

Notícias fundamentais para saber o que se passa no Congresso Nacional

Através do Sindicato dos Práticos Arrais e Mestres de Cabotagem, com sede em minha cidade, tive acesso às informações do *Jornal do Senado*, que, muito bem editado, traz notícias de interesse da sociedade, sendo de grande importância para a classe sindical, por editar projetos de leis e emendas que refletem na vida dos aposentados e trabalhadores. Diante do exposto, solicito uma assinatura do citado jornal para que possamos ficar ainda mais bem informados sobre o que ocorre no Congresso Nacional.

Francisco das Chagas Freire de Sousa — Delegado Representante de Areia Branca (RN)

Jornal integra-se a acervo consultado por 2,1 milhões de pessoas por ano

Pertencemos ao Departamento de Bibliotecas Públicas do município de São Paulo, que é formado por 30 unidades espalhadas pelos bairros da cidade, incluindo a Biblioteca Mário de Andrade, segunda maior da América Latina, e a Sérgio Milliet, que faz parte do Centro Cultura São Paulo. Em alguns bairros, onde não há bibliotecas, temos três roteiros de Ônibus-Biblioteca para atender à população local. Temos, ainda, o serviço Bosque da Leitura, que ocorre aos domingos nos parques Ibirapuera e Piqueri. São usuários desses serviços cerca de 2,1 milhões de pessoas por ano, entre leitores que buscam informação e lazer, e pesquisadores do 2º e 3º graus. Tendo em vista que o *Jornal do Senado* poderá em muito contribuir para enriquecer o acervo dessas unidades, solicitamos duas assinaturas do referido jornal.

Tereza Cristina Maguollo — São Paulo (SP)

Ligação direta entre o município e o dia-a-dia do Legislativo federal

Temos grande admiração pelo *Jornal do Senado* e, portanto, solicitamos a gentileza de incluir nosso nome entre os inúmeros leitores desse excelente informativo, com a concessão de uma assinatura. Trabalho na Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa (MG), e gostaria de ressaltar que esse jornal nos é de grande utilidade, pois, através dele, ficamos a par dos trabalhos realizados pelos nobres senadores.

Dagmar H. Moura — Lagoa Santa (MG)

Brasil 500



QUINTA-FEIRA, 8 DE JUNHO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

10h — Preside sessão do Congresso Nacional. *Plenário da Câmara dos Deputados*

PLENÁRIO

10h — Sessão do Congresso Nacional

Pauta: Apreciação do PL nº 19/99-CN, que dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2000/2003. *Plenário da Câmara dos Deputados*

COMISSÃO

9h — Subcomissão do Cinema Brasileiro

Pauta: Audiência pública "Povo do Cinema", com a presença do cineasta (RJ), Cacá Diegues; do gerente-geral da Columbia, Tristar e Buena Vista, no Brasil, Rodrigo Saturnino Braga; e do diretor executivo da Lumière (RJ), Bruno Wainer. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

PLENÁRIO

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso vota hoje Plano Plurianual para 2000/2003

Em sessão convocada pelo presidente Antonio Carlos Magalhães, o Congresso Nacional se reúne hoje, às 10 horas, para deliberar sobre o Projeto de Lei 19/99, referente ao Plano Plurianual (PPA) para o período 2000/2003. O texto foi aprovado no último dia 31 pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso.

Originalmente, o plano previa gastos de R\$ 1,113 trilhão, mas o substitutivo aprovado elevou os recursos para R\$ 1,135 trilhão. O Bloco Oposição votou contra o relatório, por associá-lo a uma política econômica que as forças

oposicionistas consideram nociva à nação. O Plano Plurianual dá ênfase às obras de infra-estrutura que compõem os principais eixos de desenvolvimento, além de beneficiar as áreas de educação, esporte, programas de irrigação, drenagem e estímulo ao turismo.

O Plano Plurianual reserva para as instituições financeiras oficiais – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES – a quantia de R\$ 96 bilhões, e R\$ 117 bilhões para as estatais. Ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) estão assegurados R\$ 32 bilhões.



Votada ontem em primeiro turno, a emenda do senador Lúcio Alcântara recebeu 58 votos favoráveis no Plenário

Aprovada emenda que redefine a nacionalidade

Senadores decidem, em primeiro turno, que filhos de pais brasileiros nascidos no exterior podem se registrar como cidadãos nacionais

O Senado aprovou ontem proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que redefine as condições que caracterizam a nacionalidade. A iniciativa visa a corrigir interpretação dada ao nascimento de filhos de brasileiros no exterior, visto que os consulados têm entendido que o registro dessas crianças só pode ser feito em cartório localizado no Brasil. Aprovada com 58 votos a favor e nenhum contra, a PEC voltará a Plenário para ser votada mais uma vez.

Com a aprovação da proposta, restaura-se a redação dada pela Constituição de 1988 ao assunto, texto que havia sido suprimido pela revisão constitucional de 1994, criando um "limbo" jurídico para os filhos de brasileiros nascidos no exterior. Essas crianças ficaram sem possibilidade de ter registrada a nacionalidade brasileira, passando a correr o risco de ficar apátridas, caso a nação hospedeira de sua família não acatasse o princípio da nacionalidade territorial para os cidadãos ali nascidos.

A proposta foi recentemente analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para receber emenda aditiva do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), destinada a esclarecer que os nascidos no estrangeiro entre 7 de junho de 1994 (data da emenda de revisão) e o dia da promulgação da emenda votada ontem, poderão ser registrados em repartição

diplomática brasileira competente, ou em ofício de registro, se vierem a residir no Brasil. Essa emenda também foi acatada pelo Plenário.

Se aprovada em segundo turno, a proposta de Alcântara restaura princípio consolidado nas Constituições de 67, 69 e 88.

Projetos sobre crimes de PMs passam a ter tramitação conjunta

Por requerimento do senador Arlindo Porto (PTB-MG), o Senado decidiu que tramitarão em conjunto dois projetos em exame na Casa para normatizar o processamento penal nos casos de crimes cometidos por policiais militares.

O primeiro projeto de lei, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), estabelece que os crimes de tortura cometidos por oficiais e praças das polícias militares, no exercício das funções de policiamento, serão processados e julgados pela Justiça comum.

O segundo projeto, de autoria do próprio senador Arlindo Porto, dispõe que os crimes previstos no Código Penal Militar, quando dolosos contra a vida e cometidos contra civil, serão de competência do tribunal do júri.

Senado renova concessões de quatro emissoras de rádio

O Senado Federal aprovou ontem decretos legislativos renovando as concessões outorgadas às seguintes emissoras: Sistema Transrio de Comunicação Ltda., do Rio de Janeiro (RJ); Rádio Luz, de Araçatuba (SP); Rádio Parati, de Patos (PB); e Rádio Independência, de Ribeirão Preto (SP). O PT se absteve de votar, à exceção do senador Tião Viana (PT-AC).

Os senadores decidiram também extinguir a concessão outorgada à Rádio Difusora Vale do Rio Una, de São Bento da Una (PE). As matérias vão agora a promulgação.



Arlindo defende o julgamento por júri popular dos crimes dolosos contra a vida ou contra civis

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 7 DE JUNHO DE 2000

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 1999. Senador Lúcio Alcântara e outros. Dá nova redação à alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição Federal (nacionalidade brasileira).

Resultado: Aprovada a proposta. Votaram: Sim: 58 Não: 00 Abst.: 00 Total: 58. Aprovada a Emenda nº 1-Plen. Votaram: Sim: 62 Não: 00 Abst.: 00 Total: 62. A matéria constará da Ordem do Dia oportunamente, para o 2º turno constitucional, obedecido o interstício regimental.

2

Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 1999. Declara perempta a concessão outorgada à Rádio Difusora Vale do Rio Una OM, de São Bento da Una (PE).

Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 53 Não: 01 Abst.: 06 Total: 60. À promulgação.

3

Mensagem nº 72, de 2000. Presidente da República. Submete à deliberação do Senado a escolha de Arthur Vivacqua Corrêa Meyer para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República de Guiné-Bissau.

Resultado: Aprovada. Votaram: Sim: 56 Não: 05 Abst.: 00 Total: 61. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

4

Mensagem nº 86, de 2000. Presidente da República. Submete à deliberação do Senado a escolha do senhor Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Benedini, ministro de primeira classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Costa Rica.

Resultado: Aprovada. Votaram: Sim: 56 Não: 06 Abst.: 01 Total: 63. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

5

Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 1999. Renova a permissão outorgada ao Sistema Transrio de Comunicação Ltda. para explorar rádio FM no Rio de Janeiro (RJ).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

6

Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 1999. Renova a concessão da Rádio Luz OM de Araçatuba (SP).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

7

Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2000. Aprova o texto da Convenção sobre a Segurança do Pessoal das Nações Unidas e Pessoal Associado, concluída em Nova York, em 9 de dezembro de 1994.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

8

Requerimento nº 278, de 2000. Senador Arlindo Porto. Solicita a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 117 e 132, de 2000, com o Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1997, por regularem a mesma matéria.

Resultado: Aprovado. Os PLS nºs 117 e 132, de 2000, perdem o seu caráter terminativo e passam a tramitar em conjunto com o PLS nº 22, de 1997, retomando ao exame da CCI.

9

Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 1994. Renova a permissão outorgada à Rádio Parati FM Ltda. de Patos (PB).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

10

Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 1999. Renova a permissão outorgada à Rádio Independência FM de Ribeirão Preto (SP).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

Acolhidos nomes para Guiné-Bissau e Costa Rica

Foi aprovada ontem pelo Senado a escolha dos diplomatas Arthur Vivacqua Corrêa Meyer para ocupar a Embaixada brasileira na República da Guiné-Bissau, e Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Benedini, para a representação diplomática do Brasil na República da Costa Rica.

Senado aprova a Convenção sobre Segurança do Pessoal da ONU

O texto foi firmado em 1994 na cidade de Nova York e pretende impedir que membros de missões de paz monitoradas pelas Nações Unidas sejam submetidos a maus-tratos

O Senado aprovou ontem o texto da Convenção sobre Segurança do Pessoal das Nações Unidas, firmado em 1994 na cidade de Nova York, Estados Unidos. Relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o senador José Jorge (PFL-PE) apresentou parecer favorável à proposta, considerando o risco inerente à atuação das missões de paz monitoradas pelas Nações Unidas. O senador referiu-se aos mortos

e feridos em consequência de atentados ou maus-tratos infligidos a participantes dessas missões. "Tal estado de coisas, inaceitável sob todos os aspectos, está a preocupar cada vez mais a ONU, por razões óbvias, o que conduziu a referida organização mundial a propor aos Estados-partes o texto desse ato internacional", argumentou.

José Jorge considerou louváveis os propósitos das Nações Unidas, ressaltando a manutenção da paz

e da segurança internacionais. E afirmou que, para a ONU atingir seus objetivos, medidas coletivas e efetivas precisam ser tomadas pelos países que a integram.

José Jorge, relator, deu parecer favorável à aprovação do texto da convenção



Subcomissão debate hoje situação do cinema brasileiro

A Subcomissão do Cinema Brasileiro promove hoje, às 9h, a sétima audiência pública, intitulada Povo do Cinema, para debater os principais problemas do audiovisual no país. Na reunião, a subcomissão contará com a presença do cineasta Cacá Diegues, do gerente-geral da Columbia, Tristar e Buena Vista no Brasil, Rodrigo Saturnino, e do diretor-executivo da Lumière do Rio de Janeiro, Bruno Wainer.

Os cineastas e representantes do cinema nacional vão encaminhar aos senadores propostas para criar estruturas para produção, distribuição e exibição do cinema brasileiro, favorecendo a criação de espaço na televisão para os filmes nacionais.

As propostas incluem ainda mudanças no processo de captação de recursos.

A Subcomissão do Cinema Brasileiro foi criada em junho de 1999 e integra a Comissão de Educação do Senado. Os integrantes do colegiado já promoveram seis audiências públicas, nas quais foram ouvidos diretores, como Nelson Pereira dos Santos e Roberto Farias, e produtores, a exemplo de Mariza Leão.

Os senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Francelino Pereira (PFL-MG) são, respectivamente, presidente e relator da subcomissão.

COMPARAÇÃO DA ATIVIDADE CINEMATOGRAFICA NO BRASIL COM A DE OUTROS PAÍSES

PAÍSES	BILHETERIAS (US\$ MILHÕES) Média 1994/96	PÚBLICO (MILHÕES) Média 93/96	SALAS Média 93/96	FILMES PRODUZIDOS Média 91/96
EUA	5.601	1.284	27.465	585
Japão	1.537	125	1.774	247
França	886	131	4.486	142
Alemanha	832	130	3.830	65
Inglaterra	661	120	2.032	68
Itália	535	94	3.624	105
Brasil	298	102	1.519	13
México	165	74	1.496	21
Canadá	103	81	1.768	31

Fonte: Secretaria para o Desenvolvimento do Audiovisual / Ministério da Cultura

TV Senado



TV SENADO

Acompanhe, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões das comissões permanentes e especiais. Informe-se ainda sobre saúde, cultura e educação seguindo nossa programação.

política e muito mais

CAS deixa reservas fora de indenizações no campo

Comissão segue relatório do senador Juvêncio da Fonseca e rejeita emendas apresentadas em Plenário ao projeto que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, já aprovado pela Câmara

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) rejeitou as emendas apresentadas em Plenário ao projeto de lei da Câmara que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Em seu relatório, o senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) deu parecer contrário às alterações propostas pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) com o objetivo de resguardar o direito de proprietários rurais a indenização em casos de desapropriação de áreas de preservação permanente e reserva legal.

Jonas Pinheiro concordou em retirar as demais emendas, man-

tendo apenas a que garantia indenização a áreas de preservação permanente e de reserva legal em casos de criação ou regularização de unidades de conservação. Apesar de se mostrar sensível aos argumentos, Juvêncio da Fonseca decidiu recomendar o veto a todas as emendas, sob pena de "protelar" a aprovação do projeto, que, se alterado, teria de voltar para a Câmara.

De qualquer forma, a pretensão do senador Jonas Pinheiro poderá ser contemplada por um acordo firmado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR). Falando em nome da liderança do governo,



Na CAS, Jucá (segundo à direita) afirmou que o governo vetará artigos que excluem reservas e áreas de preservação permanente das indenizações

Jucá assegurou que o Executivo, autor do projeto, irá vetar os incisos I e II do artigo 45, que excluem

as indenizações a essas áreas. "Entendemos que esses dispositivos poderiam ter um efeito reverso,

estimulando o desmatamento, e não a preservação ambiental", observou.

A senadora Marina Silva (PT-AC) respaldou o parecer do relator, mas ponderou que a alteração a ser realizada pelo Executivo não deve estender o direito à indenização a quem promoveu desmatamento em suas terras. Ressaltou, ainda, que essa compensação financeira em áreas de preservação permanente e reserva legal, por ter uso restrito, não pode ter valor idêntico à das áreas de aproveitamento total.

Financiamento para moradia popular, reprodução assistida e política espacial terão debate

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) terá audiência pública na próxima terça-feira, às 10h, para debater os instrumentos de financiamento ao setor de habitação popular no país. A audiência deve contar com a participação do secretário especial de Desenvolvimento Urbano, Ovídio de Angelis; do presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carazzai; do presidente de honra do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva; e do ex-ministro da Fazenda, Ciro Gomes.



Viana quer médicos, religiosos e representantes do governo na audiência sobre reprodução

A CAS também aprovou, ontem, dois requerimentos para realização de audiências públicas. Por sugestão do relator, senador Tião Viana (PT-AC), a comissão irá debater o Projeto de Lei do Senado nº 90/99, que dispõe sobre a reprodução assistida, com representantes das áreas médica, científica, religiosa e governamental. Ficou acordado ainda que, até a audiência, fica suspensa a análise do projeto pela comissão.

Outro requerimento de audiência pública aprovado é da senadora Marina Silva (PT-AC). Por sua proposta, a CAS vai realizar uma reunião conjunta com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) para discutir a política espacial brasileira, notadamente a situação do Cen-

tro de Lançamentos de Alcântara (CLA), baseado em Alcântara (MA), e os problemas sociais da área.

Ainda durante a reunião, o presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), decidiu retirar dois projetos da Câmara dos Deputados da pauta de votação. As propostas tratam da instituição do Programa Nacional de Habitação para mulheres responsáveis pelo sustento da família e da regulamentação do artigo da Constituição federal relativo a coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados. Ambos devem constar da pauta da próxima reunião da comissão, marcada para o dia 15, às 9h.

Suspensa a tramitação de projeto que autoriza exploração de terras indígenas

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou requerimento da senadora Marina Silva (PT-AC) que pede a suspensão da tramitação do projeto do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) que autoriza a exploração agropecuária em terras indígenas demarcadas, em parceria com a comunidade local.

O relator, senador Gilvam Borges (PMDB-AP), acolheu a iniciativa da senadora por entender que tramita na Câmara dos Deputados o projeto sobre o Estatuto das Sociedades

Indígenas, que vem sendo discutido há quase uma década, aguardando inclusão em Ordem do Dia, sendo, portanto, matéria correlata.

A CAS retirou de pauta dois projetos que tramitam em conjunto e que obrigam os fabricantes de produtos transgênicos a estamparem em seus rótulos a advertência de que o consumidor está adquirindo produtos geneticamente modificados. Foi rejeitado projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que regulamenta a profissão de radialista.



Marina Silva pediu que seja suspensa a tramitação do projeto apresentado por Jonas Pinheiro

Estrutura de pessoal das agências reguladoras será votada no dia 15

A votação do projeto do Executivo que estrutura os quadros de pessoal das chamadas agências reguladoras, como a de Telecomunicações (Anatel), Energia Elétrica (Aneel), Petróleo (ANP), Vigilância Sanitária (ANVS) e Saúde (ANS), foi adiada pela Comissão de Assuntos Sociais para o dia 15, às 10h.

A decisão foi tomada em virtude do pedido de vista coletiva. Os senadores querem analisar melhor o projeto, apesar de o relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR), manifestar-se favorável ao projeto na forma encaminhada pelo governo ao Congresso, com a rejeição das 20 emendas apresentadas à matéria no âmbito da comissão.

Romero Jucá entende que o projeto irá regulamentar uma situação de fato e de direito, além de estabelecer critérios uniformes

para a nomeação de membros das diretorias das agências e a adequação de funcionários e normas para investidura nos respectivos empregos públicos a serem criados.

O projeto cria, para exercício exclusivo nas agências reguladoras, os empregos públicos de nível superior de regulador, analista de suporte à regulação e de procurador, além dos empregos de nível médio de técnico em regulação e de técnico em suporte à regulação. Cria também cargos comissionados de direção, gerência executiva, assessoria e assistência. Caberá ao Senado, de acordo com o projeto, a competência para apreciar a nomeação dos membros das diretorias das respectivas agências.

— A aprovação do projeto é um passo imprescindível na construção de uma estrutura administra-

tiva voltada para a regulação dos serviços públicos, propiciando ao Estado desempenhar, da melhor forma possível, as suas responsabilidades — observou Romero Jucá.

Ao anunciar a rejeição das 20 emendas apresentadas ao projeto, o senador observou que muitas delas já estão previstas no projeto original ou em outros dispositivos legais. Entre as emendas não acolhidas estava a do senador José Fogaça (PMDB-RS) que criava quadro especial em extinção na Aneel, com a finalidade de absorver empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista cedidos àquela agência. Segundo Jucá, a emenda aumentava despesa, é só poderia ter sido apresentada por meio de projeto de iniciativa do presidente da República.

Publicidade de fumo e álcool pode ser restrita

Proposta aprovada pela CCJ proíbe divulgação desses produtos no rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, impressos, *outdoors*, cartazes e *displays*, exceto em ambientes fechados, e será apreciada por mais três comissões do Senado

Foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) parecer favorável ao projeto de lei que limita a publicidade de produtos derivados do tabaco e do álcool a ambientes fechados. O projeto será votado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas antes será apreciado pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e Educação (CE).

O relator da matéria na CCJ, senador Jefferson Péres (PDT-AM), apresentou substitutivo para as cinco proposições que tramitam conjuntamente, de autoria dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Emília Fernandes (PDT-RS), Marina Silva (PT-AC), Roberto Requião (PMDB-PR) e Carlos Patrocínio (PFL-TO). Jefferson Péres acatou emenda sugerida por Requião, permitindo a publicidade somente

em ambientes fechados.

Segundo o representante do Paraná, a sugestão foi feita pelo ministro da Saúde, o senador licenciado José Serra (PSDB-SP). O substitutivo de Péres proíbe terminantemente qualquer tipo de publicidade. Requião repetiu aos integrantes da CCJ o argumento apresentado por Serra de que, como o consumo não é proibido, não se poderia proibir completamente a propaganda, sob pena de a matéria ser considerada inconstitucional.

De acordo com o texto aprovado, estão proibidas a publicidade de produtos derivados do fumo e bebidas alcoólicas em equipamentos de *camping* e em brindes promocionais, assim como por meio de rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, impressos, *outdoors*, cartazes e *displays*, exceto em ambientes fechados. O

projeto também determina que as embalagens desses produtos tragam advertências sobre os malefícios que causam à saúde.

SANTA CATARINA

Ainda na reunião de ontem, a CCJ decidiu responder ao Banco Central e ao governo de Santa Catarina que o Senado não tem competência para cancelar as 170 mil Letras Financeiras do Tesouro do Estado, no valor de R\$ 402,8 milhões, emitidas pelo estado catarinense. O relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), argumentou que não há demandas judiciais postulando o pagamento das letras, hoje sob custódia do Fundo de Liquidez da Dívida Pública e, portanto, fora do mercado. Para Tuma, basta que o Senado comunique ao Banco Central e ao governo do Estado o entendimento da CCJ sobre a matéria.

Limitação à venda de arma de fogo tem votação adiada

O substitutivo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) a três projetos de lei que limitam a venda e o porte de armas de fogo teve sua votação adiada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O vice-presidente do colegiado, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), atendeu a apelos de Romero Jucá (PSDB-RR) que informou estar a liderança do governo mediando um acordo amplo para a votação da proposta.

Segundo Calheiros, o adiamento é necessário, pois o autor de uma das iniciativas, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo, está ausente do Senado em viagem oficial. Na opinião do relator, a presença de Arruda é fundamental para que haja um grande entendimento sobre o tema.

Para o senador Roberto Freire (PPS-PE), porém, a matéria não é uma questão da liderança do governo. Segundo disse, tanto o relator na CCJ como o na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Naci-



Renan Calheiros, relator da proposta, é favorável à restrição do comércio de armas

onal, senador Pedro Piva (PSDB-SP), têm visões discordantes sobre o assunto, apesar de integrantes da base governista.

Enquanto Calheiros quer a limitação da venda, com a proibição do porte e o recolhimento dos armamentos em posse de cidadãos comuns, Piva considera a vedação à propriedade de armas de fogo inconstitucional, por ferir o direito dos cidadãos de se defenderem.

Servidor de agência deverá ser contratado pela CLT

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG) favorável ao projeto de lei da Câmara determinando que os servidores das agências reguladoras de setores econômicos serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Francelino rejeitou as 20 emendas apresentadas à proposta, que tramita também na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em regime de urgência constitucional.

– As agências reguladoras não estão sujeitas a qualquer subordinação hierárquica e são imunes a vínculos políticos de qualquer natureza. Portanto, possuem saudável independência decisória que lhes garante efetivo poder de regulação. Há um claro afastamento do modelo estatal anterior, superado e esclerosado – afirma Francelino em seu relatório, justificando a rejeição das propostas que buscava vincular os servidores das agências ao Regime Jurídico Único dos servi-

dores públicos federais.

O projeto determina que o regime de emprego adotado será público, vedando aos ocupantes dos cargos o exercício de outra atividade em empresa ou direção político-partidária. Além disso, a proposta define que as agências poderão requisitar, sem ônus, servidores e empregados de órgãos públicos.

O ingresso nas carreiras de agências como a Anatel (de telecomunicações) e Aneel (de energia elétrica) será por concurso público. As autarquias também poderão criar “quadro de pessoal em extinção”, destinado à absorção de empregados de empresas públicas federais liquidadas ou em processo de liquidação.

– A Lei nº 9.962 de fevereiro deste ano regulamentou o regime público do pessoal da administração federal. O pressuposto da adoção desse regime é o de dotar a administração de maior flexibilidade na contratação de funcionários – declarou Francelino.



A CCJ durante discussão do projeto que restringe a propaganda do fumo e de bebidas alcoólicas

Piso salarial regional é aprovado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei do Executivo que institui a possibilidade de os estados e o Distrito Federal criarem seus próprios salários mínimos. A proposta já fora aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e será agora votada em Plenário.

Em seu voto, o relator, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), afirma que “a possibilidade de que os governadores, levando em consideração a peculiaridade e os limites de suas economias, possam vir a determinar pisos salariais específicos permitirá, pela primeira vez na nossa historiografia econômica, que os trabalhadores mais produtivos possam vir a ter juridicamente capacidade de elevar os seus salários”.

O autor acrescenta que a proposta é descentralizadora e contribui para o desenvolvimento da consciência política dos trabalhadores, possibilitando sua organização regional em razão de seus interesses. Sérgio Machado negou que os pisos salariais diferenciados venham a estimular a migração interna, que segundo ele “não se extinguiu durante a última década de salário unificado”.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) desenvolveu argumentos antagônicos aos do relator e apresentou voto em separado, pedindo a rejeição do projeto. Para Dutra, o projeto estimula a migração de trabalhadores e, em sentido inverso, promove o deslocamento de capitais para regiões onde a mão-de-obra for mais barata.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou que “o projeto abre caminho para uma Federação efetiva”, já que descentraliza a definição sobre salário mínimo. O senador José Fogaça (PMDB-RS) manifestou-se favorável ao projeto por considerar que a proposta poderá ampliar a arrecadação da Previdência nos estados que tiverem piso salarial superior ao nacional. Dessa maneira, segundo o parlamentar, será possível a fixação, a médio prazo, de um salário mínimo nacional maior, cujo valor é limitado pelo pagamento de pensões e aposentadorias da Previdência Social. Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a adoção de uma política de renda mínima familiar.

CCJ aprova parecer favorável à criação da ANA

Conforme o projeto, a Agência Nacional de Águas será autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e deverá implementar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e gerir o uso dos rios

Com base em relatório do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer favorável ao projeto de lei da Câmara dos Deputados que cria a Agência Nacional de Águas (ANA), autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente que será responsável pela implementação da política nacional de recursos hídricos. Além da CCJ, a matéria, que tramita em regime de urgência constitucional, deve ser analisada ainda pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), já que também foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

— O projeto é fruto de elaboradas discussões técnicas e de ampla consulta à sociedade e dá condições estruturais para a implantação de um moderno sistema de gerenciamento dos recursos hídricos. A proposição representa uma contribuição notável ao desenvolvimento de nosso país — afirma Cabral em seu relatório.

Encaminhada ao Congresso pelo presidente da República, o projeto determina que a ANA deverá implantar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, tarefa que, segundo o governo, exigirá capacitação técnica para enfrentar dois problemas nacionais: as secas prolongadas no Nordeste, de modo a equacionar a oferta de água, e a poluição dos



A Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente à proposta baseada em parecer de Bernardo Cabral

rios, decorrente da utilização desarticulada dos recursos hídricos.

A proposta inclui, entre as competências da ANA, autoridade para outorgar direito de uso das águas fluviais, em rios de domínio da União, além de estabelecer condições de operação de reservatórios e promover ações para minimizar os efeitos de secas e inundações. A nova agência deverá ainda priorizar o atendimento a regiões em que a água seja insuficiente ou de baixa qualidade. O projeto classifica a água disponível nos rios e represas como destinada ao consumo, diluição de esgotos e bem de natureza econômica.

Agência de Águas também tem o voto favorável da CI

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou ontem parecer do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) favorável à criação da Agência Nacional de Águas (ANA), entidade que será responsável pela implementação da política nacional de recursos hídricos. Gilvam Borges opinou pela rejeição de emendas apresentadas pelo senador Paulo Souto (PFL-BA), que indicavam a necessidade de apreciação do Congresso Nacional nos casos em que houver transposição de águas. As emendas foram rejeitadas pela comissão.

Para marcar sua posição contrária às emendas, Gilvam Borges destacou a necessidade de se criar um Estado mais ágil. O senador Paulo Souto afirmou que a trans-



Paulo Souto apresentou emendas para que o Congresso deliberasse sobre a transposição de águas

posição de rios é irreversível e que por isso precisa ser estudada com calma. O senador Paulo Hartung (PPS-ES) afirmou que as questões pendentes podem ser resolvidas em legislação posterior. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) votou contra a proposta.

DESAFIOS À VISTA



Vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, a Agência Nacional de Águas (ANA) será responsável por:

- Implantar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
- Outorgar direito de uso das águas em rios de domínio da União
- Estabelecer condições de operação de reservatórios
- Promover ações para minimizar efeitos de secas e inundações
- Priorizar o atendimento a regiões em que a água seja insuficiente ou de baixa qualidade

PRINCIPAIS DESAFIOS

As secas prolongadas no Nordeste

A poluição dos rios e nascentes

Proposta, do Executivo, passa na CAS

Parecer do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) favorável ao projeto que cria a Agência Nacional de Águas (ANA), responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Em seu relatório, Machado manteve o substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados, rejeitando as dez emendas apresentadas pelos senadores Paulo Souto (PFL-BA), Heloísa Helena (PT-AL) e Marina Silva (PT-AC). O projeto tramita em regime de urgência.

Souto contestou os argumentos

contrários a suas emendas, que garantiam ao Congresso Nacional o poder de se pronunciar sobre a outorga do direito de uso das águas e sobre conflitos decorrentes de obras realizadas em rios da União. “Não é possível deixarmos de opinar sobre um assunto tão importante”, protestou.

As emendas de Heloísa Helena foram consideradas pelo relator “redundantes” em relação ao projeto. As propostas da senadora petista pretendiam submeter as decisões da ANA ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e ao Comitê de Bacias, quando tivessem vinculação direta a certa bacia hidrográfica. Heloísa defendeu que a regulamentação

do uso da água, como bem natural de usufruto comum, demandaria um pacto amplo com o usuário.

Por considerar que o artigo 9º do projeto é inconstitucional, uma vez que não submete ao crivo do Senado os nomes dos dirigentes da ANA indicados pelo presidente da República, Marina Silva protestou contra a derrota da emenda que pretendia corrigir esse “vício”. A senadora desabafou, afirmando que gostaria de ter votado favoravelmente ao projeto por entender a necessidade de se regulamentar o uso dos recursos hídricos. “Mas não posso concordar que a pressa na aprovação prive o Senado de se pronunciar sobre essas nomeações”, justificou.

PSB presta solidariedade ao governador do Amapá

Os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Roberto Saturnino (PSB-RJ) manifestaram-se ontem em Plenário em solidariedade ao governador do Amapá, João Capiberibe, que está combatendo o narcotráfico no estado. Valadares leu em nome de Saturnino, líder do partido, carta aberta assinada por parlamentares de todos os partidos e vários governadores, que pedem o aprofundamento das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico.

Distribuída em ato realizado pela Câmara dos Deputados, a carta aberta trata a situação do Amapá como "o exemplo mais flagrante" do entrelaçamento entre narcotráfico e corrupção. Saturnino não pôde lê-la em Plenário porque participava de reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, mas



Antonio Carlos Valadares leu carta aberta apoiando a luta contra o narcotráfico

alertou depois, em aparte, que a não apuração do narcotráfico poderá resultar em convulsão social no Amapá. O senador informou que hoje uma comissão de parlamentares levará essas preocupações ao ministro da Justiça, José Gregori.

Segundo Valadares, Capiberibe está enfrentando oposição da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas, que estariam envolvidos com narcotraficantes. Em aparte, Ademir Andrade (PSB-PA) disse que Capiberibe, mesmo sendo um excelente administrador e executando um plano de desenvolvimento sustentável, está sendo pressionado por ter apoi-

ado a CPI do Narcotráfico.

Romero Jucá (PSDB-RR) se solidarizou com o governador do Amapá e lamentou que em seu estado a Assembleia Legislativa não tenha apoiado uma CPI para apurar o narcotráfico. Marina Silva (PT-AC) ressaltou as qualidades do governador e a importância da luta contra a corrupção e o tráfico, e defendeu Capiberibe de acusações feitas pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que chamou o governador de "corruptor".

Rocha afirmou que Capiberibe vem destinando à Assembleia mais verbas que o legalmente permitido, a fim de obter apoio para seus projetos, o que acabou por torná-lo refém dos deputados. O senador considera ainda que o governador encaminhou mal sua luta contra o narcotráfico, ao não separar os acusados de corrupção dos acusados de narcotráfico. Rocha só apoiaria o governador se ele aceitasse investigar a ocorrência de corrupção igualmente no Executivo estadual.

Saturnino e Valadares defenderam Capiberibe. O primeiro ponderou que transferência de recursos não quer dizer corrupção. Valadares argumentou que o governador não pode responder pelo mau uso dos recursos pela Assembleia. Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que a luta de Capiberibe é da maior importância, e que as investigações devem ser levadas adiante.

Ministro vai receber deputados para falar da greve de servidores

Em resposta a interpelação do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, informou que concederá audiência hoje aos deputados federais Aloizio Mercadante (PT-SP), Sérgio Miranda (PCdoB-MG) e Walter Pinheiro (PT-BA), para dialogar sobre a greve dos servidores públicos federais.

Martus Tavares, que esteve na Comissão de Orçamento para falar sobre o decreto que contingenciou verbas do Orçamento do ano 2000 e sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, acrescentou que marcou a reunião



Martus Tavares irá à CMO na terça-feira

com os parlamentares atendendo solicitação do líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM). A audiência pública da CMO com o ministro foi transferida para a próxima terça-feira, às 14 horas.

Ao fazer um apelo ao ministro para que dialogue com representantes dos servidores federais, que estão em greve, Eduardo Suplicy destacou que em São Paulo o governador Mário Covas determinou que os secretários de Estado retomassem o diálogo mesmo sem a suspensão da greve pelos funcionários públicos.

Debate sobre aviação civil terá nova audiência pública

Comissão de Infra-Estrutura aprova convites a dois ministros e dois presidentes de sindicatos para esclarecer possíveis mudanças no setor

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem requerimento de sua presidente, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), para que sejam ouvidos os ministros dos Transportes, Eliseu Padilha, e da Defesa, Geraldo Quintão, e os presidentes do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, brigadeiro Mauro Gandra, e da Associação dos Pilotos da Varig, Gelson Dagmar Fochesato. A audiência pública, que deverá ser realizada em conjunto com as comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, destina-se a obter esclarecimentos sobre as possíveis mudanças na política de aviação civil.

O requerimento já fora aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, e Emilia destacou que a audiência representará a continuidade do debate que vem sendo travado no Senado sobre o assunto.

A comissão aprovou ainda requerimentos dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Emilia Fernandes para convocação do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, e dos presidentes da Petrobras, Henri Reichstul, e da Agência Nacional do Petróleo, David Zylbersztajn, com o objetivo de prestar informações sobre o processo de licitação para a concessão de 23 áreas de blocos petrolíferos e sobre



Comissão de Infra-Estrutura também quer informações sobre o processo de licitação para a concessão de 23 áreas de blocos petrolíferos

os acordos internacionais de troca de ativos da Petrobras. Eles também deverão falar sobre a transferência de sede da empresa da cidade de Belém para Manaus, com base em outro requerimento, apresentado pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

Também foi aprovado pela comissão requerimento de autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) para ouvir o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg; o procurador da República no Maranhão, Nicolau Costa Neto; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara, Samuel Moraes, e o advogado da entidade, Domingos Dutra Filho, para discutir a política espacial brasileira, em especial as conseqüências das atividades desenvolvidas no Centro de

Lançamentos de Alcântara (MA).

A comissão aprovou também parecer do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) contrário a projeto originário da Câmara dos Deputados que obriga empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo ou gás natural a lacrar botijões e requalificá-los. Bezerra afirmou que as empresas estão requalificando os botijões graças à auto-regulamentação e a normas baixadas por portarias e decretos. Voto em separado do senador Geraldo Cândido, favorável ao projeto, foi rejeitado.

Também foi aprovado pela comissão, em caráter terminativo, projeto de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que federaliza trecho de 237,8 quilômetros da rodovia RO-133.

Condenação de fazendeiro por morte de sindicalista é "marco histórico", diz Ademir

A condenação do fazendeiro Jerônimo Amorim a 19 anos e seis meses de prisão pela morte do sindicalista Expedito Ribeiro de Souza, ocorrida em 1991, no sul do Pará, foi registrada ontem pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). O senador



Ademir apelou às autoridades do Pará para que garantam o cumprimento da sentença

considerou o julgamento "um marco histórico" na luta pela solução dos conflitos fundiários e pela reforma agrária no Brasil.

— Pela primeira vez a Justiça coloca no banco dos réus um fazendeiro, mandante de crime contra

trabalhadores rurais, e exemplarmente o condena, mostrando assim a todo o país e à comunidade internacional que as instituições brasileiras começam uma trajetória que, esperamos, seja irreversível, no sentido de acabar de vez com a impunidade no país

— afirmou.

O senador lembrou que, pelo mesmo crime, já haviam sido julgados e condenados, em 1994, o pistoleiro José Serafim Sales, autor dos disparos que mataram o sindicalista Expedito Ribeiro, e o

intermediário do crime, Francisco de Assis Ferreira, que também era o gerente da fazenda de Jerônimo Amorim.

Ademir alertou, porém, que a justiça ainda não está feita por completo, pois o pistoleiro conseguiu fugir da Penitenciária de Marabá e o intermediário do crime está em liberdade condicional. Ele fez um apelo às autoridades responsáveis pelo sistema penal do Pará para que garantam o cumprimento da sentença, lembrando que o fazendeiro "é hábil em evadir-se e ocultar-se dos braços da lei". Segundo o senador, Jerônimo Amorim passou quase oito anos foragido e só foi preso em novembro do ano passado, em Cancún, no México.

Sarney homenageia Tancredo, "mártir da democracia"

Senador classifica o político mineiro como "um estadista, capaz de tecer alianças, articular, ceder, ter paciência, prudência e, sobretudo, espírito público, ultrapassando o caráter pessoal e partidário"

O senador José Sarney (PMDB-AP) recordou ontem em Plenário a trajetória política do ex-presidente Tancredo Neves, principal articulador da transição política que deu fim ao regime militar. Ele exaltou o espírito conciliador do presidente eleito em 1985 e o definiu como mártir da democracia.

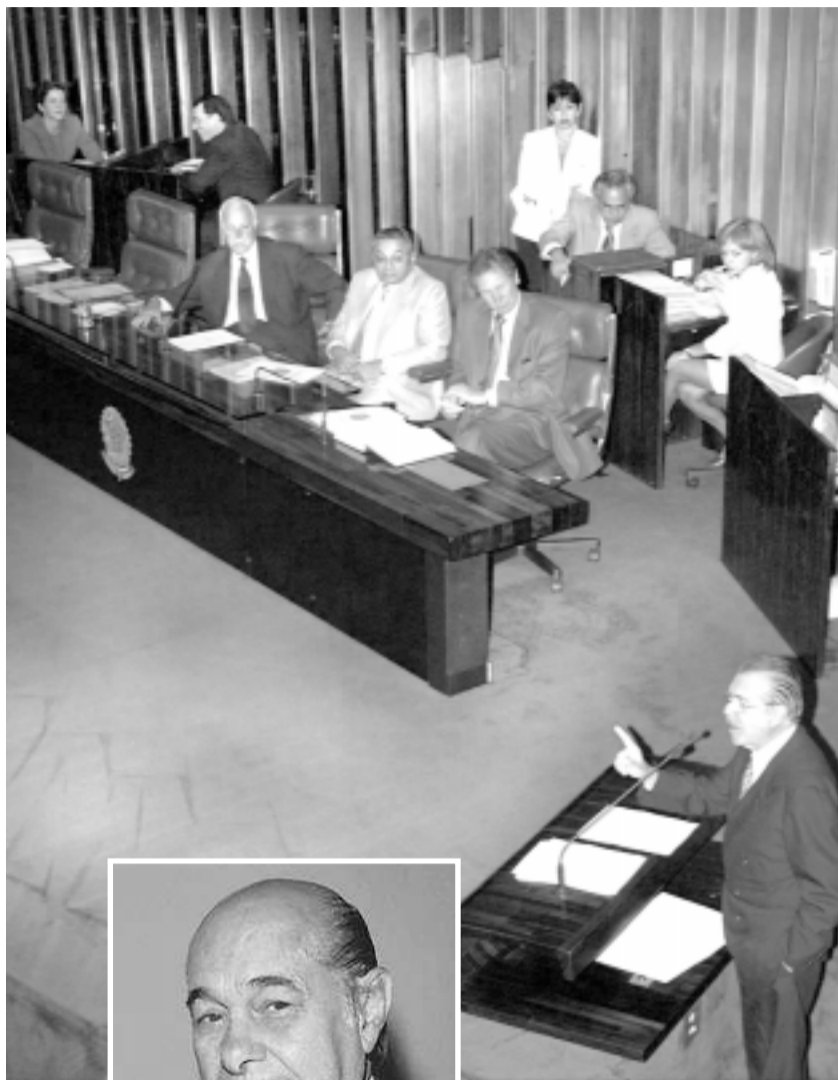
– Mártir é aquele que não resiste, não se revolta, aceita o sacrifício pela sua fé. Tancredo é o mártir. Ele aceita morrer porque esse é seu destino, é a exigência de sua fé: a democracia, a transição democrática – afirmou Sarney.

O senador classificou Tancredo, que faleceu sem tomar posse, como um estadista, capaz de tecer alianças, articular, ceder, ter paciência, prudência e, sobretudo, espírito público, ultrapassando o caráter pessoal e partidário.

– Sua ação conciliatória era pragmática e circunstancial. Uma negociação desejável numa sociedade pluralista, um meio legítimo de resolução dos conflitos vividos pela sociedade – declarou Sarney, salientando, ainda, a firmeza moral de Tancredo Neves, que, apesar de pragmático e conciliador na ação, era "inflexível em matéria de princípios".

Dizendo que Tancredo ainda faz muita falta, Sarney mencionou inúmeros episódios da política brasileira, sempre acentuando a ação pacificadora do político mineiro, tido como um estrategista. Ele recordou o discurso de Tancredo no funeral de Getúlio Vargas, quando, diante da comoção nacional, procurou esfriar os ânimos mais exaltados.

Segundo Sarney, na crise causada pela renúncia de Jânio Quadros, momento em que o país esteve mais uma vez à beira de um confronto, Tancredo Neves assegurou a continuidade institucional. Ele assumiu o cargo de primeiro-ministro em um regime parlamentarista, para, superada a crise, defender o presidencialismo e a posse de João Goulart. Já no governo de Jango, Tancredo tentaria evitar a derrocada das instituições que



Dizendo que Tancredo (E) ainda faz muita falta, Sarney mencionou inúmeros episódios da política brasileira em que o líder mineiro exercitou sua ação pacificadora

salvara na crise de 1961.

– O PSD todo apoiou a Revolução de 64 e ele, solitário, foi o único a não votar em Castello Branco, de quem era amigo pessoal. "Sou conciliador, mas, em matéria de princípios, não transijo", disse Tancredo. Castello Branco, também num gesto de grandeza, escreve em letras vermelhas no processo em que a linha dura propõe a cassação de Tancredo Neves: "Esse, não!" – relatou Sarney.

Emocionado, o senador recordou ainda a doença de Tancredo, quando o presidente eleito preocupava-se mais com a normalidade política e institucional do que com sua própria recuperação.

– No hospital, sua preocupação não era a saúde. Era o país. Era a conclusão da transição. Disse a Dornelles: "Não operarei, o Figuei-

redo não transmite o poder ao Sarney". E Dornelles, no interesse de sua saúde, assegurou-lhe o contrário – afirmou o senador.

De acordo com José Sarney, 15 anos depois da morte do político mineiro, fica nítida na História a figura de Tancredo Neves como "Patrono da Democracia".

– Tive a tarefa gigantesca e quase impossível de administrar e dar equilíbrio a uma aliança de forças heterogêneas, possibilitando a travessia do regime autoritário para o pleno estado de direito. Tancredo foi minha inspiração, nada fiz sem pensar no que ele faria. Substituí-lo era tarefa maior do que eu mesmo – admitiu Sarney, enumerando ainda as inúmeras conquistas sociais provenientes da engenharia política de Tancredo Neves. Ao final de seu discurso, José Sarney foi cumprimentado por parlamentares de todos os partidos.

ACM lembra a capacidade do ex-presidente de gerir conflitos

Em aparte ao pronunciamento do senador José Sarney em homenagem ao ex-presidente Tancredo Neves, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, lembrou a capacidade do político mineiro de gerir com paciência os conflitos políticos do país. Frisando que a homenagem de Sarney não é apenas do Senado, mas de toda a sociedade, Antonio Carlos disse que Tancredo está imortalizado na vida do país.

– José Sarney, ao assumir a Presidência da República, também soube honrar a memória de Tancredo – frisou.

Geraldo Cândido convida FHC à luta pela redução da jornada de trabalho

Ao concordar com Fernando Henrique Cardoso quando diz que a sociedade brasileira está suficientemente amadurecida para debater a redução da jornada de trabalho, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) convidou o presidente da República "a se somar a essa luta pela concretização de uma idéia que já reduziu drasticamente o desemprego na França e pode conduzir milhões de brasileiros ao mercado de trabalho".

Para o senador, se as declarações do presidente em sua última visita à Europa não foram "para francês ver", elas devem implicar que o governo assuma o compromisso de articular a proposta de redução da jornada com os representantes dos trabalhadores e dos empresários.

O debate também deve ser travado no Senado, onde o próprio Geraldo Cândido apresentou projeto de lei sobre o assunto, que recebeu voto favorável do relator, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). Ele disse estar consciente das dificuldades e resistências despertadas pela proposta, algumas delas reveladas nos editoriais da grande imprensa, que repercutiram o assunto em razão das declarações de Fernando Henrique Cardoso no exterior.

Na avaliação do senador, enquanto o jornal *O Globo* considera a medida um tiro pela culatra, que terá pouco efeito sobre os índices de desemprego do país, o jornal *O Dia*

recorreu ao economista da Unicamp Jorge Matoso para informar que, com a redução da jornada, serão abertos 2,8 milhões de postos de trabalho. Conforme projeção do professor, citada por Geraldo Cândido, a experiência da França demonstrou que, lá, a redução de 39 para 35 horas de trabalho semanais abriu 180 mil vagas, ou seja, para cada 10% de redução na jornada, houve um aumento de 7% no número de empregos.

O que importa na polêmica, salientou o senador, é que o tema está em debate e que, se o presidente fizer suas declarações serem acompanhadas de ação política coerente com elas, mais de dez milhões de trabalhadores poderão resgatar sua dignidade pessoal ingressando no mercado de trabalho.



Geraldo Cândido garante que a redução da jornada aumenta o número de empregos

Cooperativas pedem apoio de ACM para superar problemas de crédito

Antonio Carlos Magalhães recebe reivindicações e promete empenho para que o projeto da Lei Cooperativista seja votado o mais rapidamente possível pelo Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem representantes do movimento cooperativista brasileiro, que estão mantendo contatos com lideranças do Congresso para pedir aos parlamentares apoio na superação dos problemas de crédito enfrentados pelo setor.

Ao lado de diversos deputados da Frente Parlamentar Cooperativista, dirigentes da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) apelaram a Antonio Carlos para que seja rapidamente votada a Lei Cooperativista (PLS 171/99), de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR), que tem como relator Francelino Pereira (PFL-MG). Antonio Carlos prometeu empenho para tentar aprovar o projeto no Senado o mais rápido possível.

Os representantes do cooperativismo também pediram ajuda contra as barreiras que o sistema financeiro estaria colocando para o desenvolvimento do Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop). Lançado em 1998, esse programa tem disponibilidades de R\$ 5 bilhões, segundo o superintendente da OCB, Valdir Collato, mas até agora atendeu apenas 22 das 322 propostas que recebeu. "E de forma parcial", acrescentou o deputado Ronaldo Caiado.

Segundo a direção da OCB, o Recoop tem servido apenas à renegociação de dívidas bancárias das cooperativas, "o que não atende ao espírito do programa, que é a revitalização", destaca a entidade em documento entregue a Antonio Carlos. O senador se disse solidário com o setor cooperativista brasileiro e prometeu apoio aos esforços parlamentares para superar os problemas desse segmento.

Disse ainda aos dirigentes que é importante as cooperativas "cumprirem com suas obrigações", para que tenham autoridade crescente na hora de apresentar seus pleitos. "Não se pode ser adimplente com o setor privado e inadimplente com o setor público", destacou.



ACM, para os representantes do cooperativismo: "Não se pode ser inadimplente com o setor público"

Iris: medidas propostas podem gerar 45 mil empregos

Em discurso no Plenário, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) pediu ontem às autoridades responsáveis todo apoio às medidas indicadas no documento Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), desenvolvido pela Organização das Cooperativas Brasileiras. O movimento objetiva modernizar e sanear financeiramente as cooperativas e prevê, com a adoção das medidas indicadas, a geração de 45 mil novos postos de trabalho, desde que sejam investidos R\$ 2,1 bilhões.

O alongamento das dívidas é componente-chave do projeto, diz Iris, assim como a destinação de novos recursos para o setor. Para ele, os agentes financeiros precisam se engajar no processo, e não aumentar diariamente as exigências para liberação de crédito, como tem

ocorrido. E informou que, com a implantação do Recoop, as exportações das cooperativas brasileiras podem ultrapassar US\$ 1,2 bilhão.

Ele acredita que, com o cooperativismo e "a valorização da união, da solidariedade e do companheirismo", serão incentivados os pequenos negócios e fortalecida a agropecuária. O Brasil, acrescentou, tem hoje 5.513 cooperativas, abrindo 5,14 milhões de cooperados, responsáveis por 30% da produção agrícola brasileira.

— O cooperativismo surgiu como resposta ao desemprego na Europa, em decorrência da Revolução Industrial. No Brasil de hoje, com desemprego, crise cambial e juros



Iris: toda a força ao programa criado para revitalizar setor

altos, também podemos dar uma resposta tão efetiva quanto aquela dos primeiros associados que ousaram enfrentar desafios — observou Iris Rezende.

Em aparte, Francelino Pereira (PFL-MG) lembrou que é relator, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de três projetos que tratam do assunto, informando que a comissão realizará uma audiência pública sobre o tema. Romeu Tuma (PFL-SP) pediu maior atenção para as cooperativas. Maguito Vilela (PMDB-GO) lembrou a iniciativa bem-sucedida de Iris, quando prefeito de Goiânia, de levar para a capital de Goiás os mutirões comuns na área rural.

Maguito comemora erradicação da aftosa em Goiás

Após ser descredenciado como exportador pela União Européia por duas vezes e mobilizar o setor de pecuária para erradicar a doença, o estado de Goiás acaba de ver declarado livre da febre aftosa o Circuito Pecuário Centro-Oeste, registrou o senador Maguito Vilela (PMDB-GO). O pedido, aceito pela Organização



Exportações de carne bovina poderão dobrar, prevê Maguito

Internacional de Epizootias (OIE), declarou como livres da febre

aftosa também os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e Distrito Federal, acrescentou.

Com o maior rebanho do país — cerca de 19 milhões de cabeças — Goiás poderá aumentar, em apenas um ano, a exportação de carne bovina de 42 mil toneladas para 85 ou 90 mil toneladas, segundo o senador.

Para chegar a esse resultado, Maguito salientou a importância da luta de-

envolvida por Iris Rezende e ele próprio, quando governadores do estado. Foi Iris Rezende "quem comandou uma virada de mentalidade", observou o senador, que levou Goiás a reconhecer a necessidade de controlar o abate clandestino e fiscalizar a vacinação.

Quando governador, Maguito disse que, continuando a luta iniciada por Iris e atendendo reivindicação dos produtores, criou o Instituto de Defesa Agropecuária (Igap) e assumiu o compromisso de erradicar a febre aftosa do rebanho de Goiás.

Eletrificação rural no país avança, diz Mauro

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) elogiou o Programa Nacional de Eletrificação Rural, o Luz no Campo, lançado pelo Ministério de Minas e Energia no final do ano passado. Em quatro anos, segundo o senador, o programa deverá ligar à rede de energia elétrica 1 milhão de propriedades e domicílios rurais, beneficiando 5 milhões de brasileiros. Os recursos para a implementação do Luz no Campo, informou, serão financiados por uma linha de crédito da Eletrobrás, de R\$ 1,7 bilhão, acrescidos de R\$ 4,5 bilhões de recursos dos estados, municípios e concessionárias de energia elétrica.

Segundo o senador, esse programa trará benefícios para a população atendida, como o aumento da renda líquida dos proprietários rurais, da arrecadação de impostos e da produção agrícola em áreas irrigadas.

— Cada real aplicado na área rural movimenta três reais na economia como um todo e cada R\$ 1 milhão de investimentos no setor agropecuário gera cerca de 200 empregos diretos. Isto faz antever a criação de cerca de 560 mil empregos diretos — disse Mauro Miranda.

A implantação do programa, acrescentou, também terá reflexos positivos na indústria e no comércio, devendo proporcionar um consumo de 500 mil motores elétricos, 850 mil refrigeradores, 800 mil televisores, 5 milhões de lâmpadas, 600 mil equipamentos de irrigação e bombeamento e 550 mil picadeiras ou desintegradores. Disse ainda que o programa deverá aumentar a arrecadação de impostos, na ordem de R\$ 2,5 mil por cada propriedade ligada à rede elétrica.

Segundo o senador, os ex-governadores de Goiás Iris Rezende e Maguito Vilela criaram as condições para o desenvolvimento do programa de eletrificação rural no estado.

— Goiás é, hoje, o terceiro estado do Brasil com maior atendimento a domicílios e propriedades rurais, ficando atrás apenas do Paraná e de Santa Catarina — observou.



Mauro: eletrificação rural eleva renda e movimenta economia

Desmatamento é tema de Djalma Bessa na TV Senado

O desmatamento da Mata Atlântica é o tema da entrevista com o senador Djalma Bessa (PFL-BA) que vai ao ar pela TV Senado hoje, às 7h30 e 20h30. O senador lembra que, principalmente por causa da ação de madeireiras, cerca de 97% da vegetação original da região onde ocorreu o descobrimento do Brasil já foram devastados.



Djalma Bessa diz que a Costa do Descobrimento ainda não está livre de desmatamento

A Costa do Descobrimento, formada por 112 mil hectares no sul da Bahia e norte do Espírito Santo, foi declarada pela Unesco Patrimônio Mundial Natural, mas isso não impediu o processo de desmatamento, que continua. A diferença agora, diz o senador, é que a região está tendo uma fiscalização maior.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *Unip*: Papiloma Vírus — 4ª parte
6h30 — *Cidadania*: Senador Edison Lobão e o jornalista Carlos Chagas falam sobre a liberdade de imprensa
7h30 — *Entrevista*: Senador Djalma Bessa fala sobre o desflorestamento da Mata Atlântica
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Direitos Humanos: "Armas, tô fora"
9h — *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe
9h30 — *Entrevista*: Senador Lauro Campos fala sobre o trabalho escravo
10h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional (vivo)
Logo após: Subcomissão do Cinema (gravado)
16h30 — Sessão Conjunta do Congresso Nacional (reapresentação)
20h30 — *Entrevista*: Senador Djalma Bessa fala sobre o desflorestamento da Mata Atlântica
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Reunião Conjunta da Comissão de Infra-Estrutura e da Comissão de Assuntos Econômicos

(gravado)

Logo após: Sessão Conjunta do Congresso Nacional (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
9h — Subcomissão do Cinema Brasileiro
10h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Conjunta do Congresso Nacional (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Sancionada lei para evitar acidentes com agrotóxicos

Novas regras objetivam corrigir falha da legislação, que não tratava do destino final dos resíduos e embalagens desses produtos

O *Diário Oficial* da União publicou ontem a lei, sancionada na terça-feira pelo presidente da República, que altera as normas sobre pesquisa, produção, transporte, armazenamento, comercialização e propaganda de agrotóxicos e seus componentes. A lei regulamenta ainda a importação e exportação do produto, além do destino final dos resíduos e embalagens.

Aprovada a partir de substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), a lei estabelece que os usuários de agrotóxicos deverão efetuar a devolução das embalagens vazias dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos. Diz ainda que, quando o produto não tiver sido fabricado no Brasil, a responsabilidade de receber as embalagens vazias será da pessoa física ou jurídica que realizou a importação.

A partir de agora, quem comercializar, transportar ou der destinação a resíduos e embalagens vazias de agrotóxicos sem cumprir as exigências da legislação estará



Jonas Pinheiro lembra que os produtores rurais são os principais usuários dos agrotóxicos

gens dos agrotóxicos devem ser fabricadas de forma a impedir qualquer vazamento, perda ou alteração, e de modo a facilitar as operações de lavagem, classificação, reutilização e reciclagem.

Segundo Jonas Pinheiro, a lei é da mais alta relevância para a agropecuária nacional, já que os produtores rurais são os maiores usuários dos agrotóxicos. Ele reconheceu os méritos da legislação anteriormente em vigor, mas observou que ela pecava por ser omissa a respeito do destino final dos resíduos e embalagens desses produtos, agravando o problema, já que a maioria dos usuários descarta as embalagens ou as utiliza de forma inadequada.

sujeito a pena de prisão por um período entre dois e quatro anos, além de multa. Também ficou estabelecido na lei que as embalagens

Romeu Tuma registra seminário sobre relações do Brasil com o mundo árabe

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) registrou ontem em Plenário a realização do seminário *Relações entre o Brasil e o mundo árabe*, desenvolvido terça e quarta-feira no Palácio do Itamaraty. Ele destacou a presença no evento do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que atuou como moderador no painel *Cultura e imigração árabes, influência na sociedade brasileira*.

Romeu Tuma leu o discurso pronunciado pelo vice-presidente da República, Marco Maciel, na abertura do seminário. Segundo o vice-presidente, as palestras e debates terão como resultado o aperfeiçoamento das relações político-diplomáticas entre o Brasil e os países árabes.

Para Marco Maciel, a influência árabe na sociedade brasileira é patente e pode ser percebida

imediatamente quando se observam os traços fisionômicos de tantos cidadãos que atuam no comércio, na medicina, na política, na educação, na cultura e em muitas outras áreas. Mesmo sem o efeito da imigração, essa cultura já teria marcado o país por conta da presença árabe que marcou a civilização portuguesa. Um exemplo citado pelo vice-presidente foi a "excelente técnica naval árabe", repassada aos portugueses; foram mencionados também a arte do azulejo, a higiene, a matemática e o comportamento.

Marco Maciel chamou a atenção para a necessidade do fortalecimento das relações do Brasil com seus parceiros no mundo árabe. O vice-presidente disse que o Brasil acompanha com especial interesse os avanços em direção a acordos de paz no



Tuma leu discurso pronunciado pelo vice-presidente Marco Maciel na abertura do seminário

Oriente Médio.

— Os novos desafios estão acompanhados por perspectivas promissoras. A pacificação regional propiciará, certamente, a intensificação das relações brasileiras com todos os países da área, com benefícios às nossas respectivas sociedades.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BSB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7



Eduardo Suplicy vê inconvenientes no decreto elaborado durante a gestão de Celso Pitta

Suplicy envia sugestões sobre renda mínima a Régis de Oliveira

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou ontem ter encaminhado ao prefeito de São Paulo, Régis de Oliveira, sugestões para a regulamentação da lei que instituiu o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal na capital paulista. Suplicy explicou que, para elaborar a proposta, contou com a colaboração do Instituto Florestan Fernandes, presidido por sua esposa, Marta Suplicy, e tomou como referência a versão do decreto preparado na gestão de Celso Pitta.

O senador disse que o decreto levou em consideração algumas das sugestões enviadas anteriormente a Pitta, mas foram acrescentadas modificações que não lhe parecem recomendáveis, como o pagamento do complemento de renda poder ser feito, parcialmente, em cestas básicas, e a limitação da renovação do benefício por apenas uma vez. Além disso, continuou Suplicy, foram desconsideradas sugestões sobre a participação de representantes da sociedade civil na Comissão de Apoio ao Programa.

— Esta é uma importante iniciativa para o combate à pobreza no plano local e um passo na direção de se garantir maior grau de cidadania. A sua implementação significará o ingresso do nosso município no rol daqueles que, exitosamente, têm implantado programas semelhantes — afirmou o senador.

Referindo-se a artigo assinado pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), no qual é defendida a manutenção das cestas básicas como parte do pagamento do complemento de renda, Suplicy propôs um debate, seguido de consulta popular para que as pessoas escolham entre cesta básica e renda mínima.

Moreira pede um basta à "ganância" do setor financeiro

Ao analisar a legalização, por medida provisória, da capitalização de juros, senador alerta para práticas lesivas ao tomador de recursos

Ao analisar a decisão do governo federal de legalizar a capitalização de juros, ou seja, a cobrança de juros sobre juros, através da Medida Provisória nº 1.963, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) disse que "já é hora de se dar um basta à ganância do setor financeiro, criando-se regras mais rígidas para o seu funcionamento". Moreira acrescentou que é tempo de produzir leis claras e objetivas que façam com que o setor financeiro pague impostos e não encontre mecanismos para elidi-los.

O senador manifestou preocupação quanto às práticas que a legalização da cobrança de juros sobre juros pode trazer, em con-



Moreira Mendes manifesta preocupação com "a gente simples, iludida pela propaganda enganosa das financeiras de balcão"

trartada ao argumento do Banco Central de que a medida poderia reduzir o custo do dinheiro no Brasil. Ele considera compreensível que se permita a cobrança de juros capitalizados para as

operações de crédito, mas afirma que deveria ser exigida dos bancos a explicação clara aos clientes de todas as condições da operação de empréstimo.

— Temo principalmente pela gente simples, iludida pela propaganda enganosa das financeiras de balcão. Os números atraentes serão exibidos em letras garrafais, enquanto nos contratos, em letras minúsculas, se dirá que os juros são capitalizados, o que ninguém alardeava até aqui por serem eles proibidos — afirmou Moreira Mendes.

Para o senador, ninguém conseguirá fiscalizar as práticas lesivas ao tomador de recursos. De acordo com dados do Banco Central, explicou ele, 47% das operações de crédito a pessoa física no Brasil são de crédito pessoal, e esse tipo de operação cresceu 67,1% nos últimos 12 meses.

Paulo Hartung defende projeto que incentiva oferta de primeiro emprego

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) defendeu ontem, em Plenário, a aprovação de projeto de sua autoria que estabelece incentivos às empresas dispostas a criar o primeiro emprego para jovens na faixa dos 18 aos 24 anos. O projeto foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, onde recebeu substitutivo do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), e tramita agora na Comissão de Assuntos Econômicos.

— A proposta é simples. Fica assegurada a redução de encargos sociais, bem como repasse de bolsa de experiência profissional, aos empregadores que contratarem empregados cadastrados no Sistema Nacional de Emprego (Sine), com idade entre 18 e 25 anos, que nunca tenham exercido atividade profissional com contrato regular e carteira de trabalho e previdência social assinada — explicou Hartung, apontando para os altos índices de desemprego existentes no país.

Para o senador, o projeto, con-



Paulo Hartung afirma que sua proposta é simples e pode romper o círculo vicioso que afasta os jovens do mercado de trabalho

cebido a partir de estudos e pesquisas realizados pelo IBGE, Fundação Getúlio Vargas e Ipea, é bem fundamentado e evita abusos por parte de empresários inescrupulosos, que pretendam levar vantagens através dos incentivos, sem, no entanto, garantir os benefícios ao trabalhador.

— É preciso romper o círculo vicioso. O jovem não é contratado porque não tem experiência e não tem experiência porque não é contratado — disse Hartung, para quem o projeto não é paternalista e não prejudica os demais trabalhadores.

Hartung mencionou o pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso, que elogiou na França o programa que reduziu o desemprego de 11% para 9% naquele país, e se disse disposto a criar um programa semelhante no Brasil. Lembrou que seu projeto tramita no

Senado há um ano, enfrentando dificuldades por ser de autoria de um parlamentar da oposição.

Em apartes, os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Heloísa Helena (PT-AL) e Luiz Pontes (PSDB-CE), relator do projeto, elogiaram a proposta de Hartung para combater o desemprego.



Alcântara lamenta não instalação da Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável

Para Alcântara, desenvolvimento não deve ameaçar o futuro

Em seminário sobre meio ambiente realizado esta semana em Fortaleza, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu a adoção de medidas capazes de assegurar o desenvolvimento sustentável do país, "atendendo às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras suprirem suas próprias necessidades". O senador avaliou que a estabilização da democracia e o exercício da liberdade e do pluralismo ideológico não vêm melhorando significativamente o bem-estar da população brasileira.

— O movimento em direção à democracia não foi acompanhado por profundas reformas nas normas sociais, políticas e econômicas, bem como na forma de explorar os recursos naturais — afirmou.

Alcântara questionou a não instalação da Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável (Cides), criada com a finalidade de assessorar o presidente da República na tomada de decisões sobre as estratégias e políticas nacionais necessárias ao desenvolvimento sustentável, de acordo com a Agenda 21 — documento elaborado durante a Conferência Rio-92 contendo diretrizes governamentais para conservação ambiental.

Na avaliação do senador, a principal razão apresentada para a não instalação da comissão é a dificuldade de assimilação da ideia pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. De acordo com o senador, o ministério não entendeu o principal objetivo da Cides, que é propor estratégias e políticas nacionais necessárias à implementação das atividades programadas na Agenda 21.